CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0664/80

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO CAETANO DO SUL

ASSUNTO : Convênio - Colégio Técnico Industrial Estadual "Jorge Street

RELATORA : Consa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

PARECER CEE Nº 0462/80 C.PL. APROVADO EM 26 / 03 /80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O Senhor Secretário de Estado da Educação encaminha à aprovação deste Conselho o Primeiro Termo de Aditamento de prorrogação e Quinto de subvenção ao Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, objetivando o funcionamento e manutenção do Colégio Técnico Industrial "Jorge Street", naquele município.

Tal termo contém três cláusulas:

- a) A cláusula primeira prorroga até 31 de dezembro de 1980 o Convênio celebrado em 24 de agosto de 1976 e vencido em igual data de 1979, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de agosto de 1979.
- b) A cláusula segunda fixa a subvenção a cargo da Secretaria de Estado da Educação para 1980 em Cr\$ 15.541.548,00 (quinze milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito cruzeiros), prevendo a devolução do quantitativo no caso de aplicação indevida dos recursos.
- c) A cláusula terceira retifica as demais cláusulas do convênio, não modificadas pelo termo em questão.

2. APRECIÇÃO:

O convênio inicial foi aprovado pelo Senhor Governador do Estado e publicado no D.O. de 24 de agosto de 1976.

Prevê o funcionamento das habilitações profissionais plenas de Mecânica, Eletromecânica, Instrumentação, Eletrotécnica, Eletrônica e Edificações, além de seis habilitações parciais, referentes a cada uma das referidas plenas.

A Prefeitura Municipal se responsabiliza pelas despesas relativas a pessoal técnico-administrativo, inclusive Diretor e encargos sociais e pelas obras de ampliação, reparação, conservação, urbanização e segurança do estabelecimento. À Secretaria de Estado da Educação cabem as despesas referentes a pessoal técnico-docente, material de consumo, serviços de terceiros, encargos diversos e transferências correntes, além dos encargos referentes à provisão de equipamentos.

O convênio, previsto para vigência de três anos, venceu a 24 de agosto de 1979.

Os trâmites para sua renovação foram bastante demorados, tendo sido ouvida a Douta Assessoria Jurídica do Governo que se manifestou pela possibilidade de, em caráter excepcional, o termo de renovação retroagir até a data de vencimento do Convênio inicial e sobre a necessidade de ser ouvido o Conselho Estadual de Educação (Processo GG 2240/79, fls. 7 e 8).

Através do Processo SE n° 4112/79, a direção do Colégio "Jorge Street" apresentou seu orçamento-programa para 1980, alcançando a subvenção da Secretaria de Estado da Educação o total de Cr\$ 27.249.162,07 (vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e nove mil, cento e sessenta e dois cruzeiros e sete centavos).

Manifestando-se, a Assessoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Educação reduziu essa subvenção a Cr\$ 15.541.548,00 (quinze milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito cruzeiros), implicando essa redução na não ampliação do número de vagas para a 1a. série das habilitações já implantadas e na não implantação das habilitações Eletrotécnica e Edificações em 1980.

O Colégio tem capacidade para 1.600 alunos, estando, com mais de 50% dessa capacidade, ociosa.

Lamentamos que haja necessidade desse corte, ainda mais numa área onde essas habilitações se fazem extremamente necessárias, como o ABC, crescendo-se que o aumento quantitativo dos cursos profissionalizantes é meta do Governo estadual.

Entretanto, considerando-se a insuficiência de recursos alegada pela Secretaria de Estado da Educação, não podemos senão concordar.

II - CONCLUSÃO

Aprova-se o Primeiro Termo Aditivo de prorrogação e Quinto de subvenção ao Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, objetivando o funcionamento do Colégio Industrial Estadual "Jorge Street", nesse município, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 1979.

São Paulo, 18 de março de 1980

a) Consa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
Relatora

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO adota como seu Parecer o Voto da nobre Conselheira Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1980

a) Consº JOÃO BAPTISTA SALLES DA SILVA - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 26 de março de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente